

A GEOGRAFIA AGRÁRIA NOS LIVROS DIDÁTICOS: PRIMEIRAS APROXIMAÇÕES PARA UMA CRÍTICA DO CONTEÚDO QUE SE ENSINA NA ESCOLA

Anderson Bem

Mestre em Geografia

Professor assistente do Departamento de Geografia

Universidade Estadual do Oeste do Paraná

anderson_bem@yahoo.com.br

Resumo

Uma das premissas do estudo ora apresentado, é que os conteúdos de geografia agrária presentes nos manuais didáticos do Ensino Básico não contemplam a realidade do espaço agrário brasileiro. Para tal crítica analisamos 5 das 10 coleções didáticas de Geografia aprovadas pelo PNLD (Plano Nacional do Livro Didático) para o ano de 2011. Fazemos uso de um roteiro avaliativo com intuito de compreender a concepção de Geografia que se faz presente nos livros didáticos. A constatação da análise é que algumas coleções reproduzem a geografia positivista, ancorada em quantificar os produtos agropecuários produzidos nas diferentes regiões do país. As outras três coleções observadas avançam no sentido de dar prioridade as relações sociais de produção no campo, discutindo a concentração fundiária e Reforma Agrária de forma a possibilitar questionamentos para um ensino crítico em sala de aula. Todavia, os conteúdos não são discutidos na perspectiva da totalidade espacial, separa-se a agricultura moderna da questão ambiental, a relação agricultura e indústria é tratada de forma harmônica, cometem-se erros conceituais, por exemplo: ao confundir renda capitalizada com lucro, conceituar indústria do campo com sinônimo de agroindústria. Também não se faz a distinção entre os modelos de produção agropecuários no campo que a paisagem geográfica denuncia, o agronegócio e agricultura camponesa.

Palavras-chave: Conteúdos, Geografia Agrária, Livros Didáticos, Ensino Básico.

THE AGRARIAN GEOGRAPHY IN THE DIDACTIC BOOKS: FIRST APPROACHES FOR A CRITICISM OF THE CONTENT THAT IS TAUGHT AT SCHOOL

Abstract

One of the premises presented is that the contents of agrarian geography present in the didactic books in the primary schools do not contemplate the reality of the Brazilian agrarian space. Regarding such criticism we analyzed 5 among 10 geography didactic collections approved by National Plan of the Didactic Book (Plano Nacional do Livro Didático) for the year of 2011. We have used an assessment guide to comprehend the concepts of geography that are present in our didactic books. We verified from this analysis that some collections reproduce the positivist geography, which quantify the agriculture products produced in different regions of the country. The other three collections observed prioritize the social relationships of production in the field, discussing the agrarian concentration and the Agrarian Reformation in order to raise questions for a more critical teaching in the classroom. However, the contents are not discussed in the perspective of spatial totality, they separate the modern agriculture from the environmental issues, the relation between agriculture and industry is dealt in a harmonic form, conceptual mistakes are made, for instance: when confusing capitalized income with profit or when conceptualizing industry of the field with synonymous of agribusiness. The distinction among

the models of agriculture production in the field that the geographical landscape shows, the agribusiness and peasant agriculture are not done.

Keywords: Contents, Agrarian Geography, Didactic Books, Primary School.

Introdução

O que move a presente discussão é a necessidade de revisão teórico-metodológica do conteúdo de geografia agrária contido nos manuais didáticos de geografia do ensino básico. Corroboramos com Saviani (2003, p. 55), ao afirmar que os conteúdos são o esqueleto do processo de ensino aprendizagem. “Os conteúdos são fundamentais e sem conteúdos relevantes, conteúdos significativos, a aprendizagem deixa de existir, ela transforma-se num arremedo, ela transforma-se numa farsa...”.

A concepção de Saviani (2003) atesta a vitalidade dos conteúdos e sua importância para o domínio da cultura universal e da participação política dos sujeitos.

A este respeito Pontuschka (1999, p. 32) destaca que:

Os conhecimentos produzidos na universidade, fundamentado em pesquisas de campo, de laboratório, bibliográficas e dominado pelo professor deve constituir o instrumental teórico a ser elaborado, recriado para transformar-se em saber escolar...

Brandão (1995) argumenta que a educação é uma necessidade histórica, sócio-cultural, também uma relação de poder de dominação, pode reproduzir ou contestar a ordem vigente. O aparente imaginário da educação como ato de transformar os sujeitos e o mundo pode servir como ferramenta para deseducar os homens.

A questão colocada é que os conhecimentos escolares e científicos são permeados de ideologias. Para Gramsci (1991, p.10) “a relação entre os intelectuais e o mundo da produção não é imediata, como é o caso nos grupos sociais fundamentais, mas é ‘mediatizada’, em diversos graus, por todo o contexto social...”.

O livro didático não é produto de um conteúdo neutro e desvinculado da realidade, pois, o conhecimento enquanto tal é permeado por relações culturais, políticas e ideológicas. Para Chauí (1997, p. 3) o conhecimento possui uma razão ideológica, em que o saber verdadeiro e autorizado é aquele

instituído a partir de um discurso competente, ou seja, uma coerência ideológica sistematizada que produz “a identificação de todos os sujeitos sociais como uma imagem particular universalizada, isto é, a imagem da classe dominante.” (CHAUÍ, 1997, p.3).

Neste contexto, o conhecimento carrega os germes da universalidade das formas de pensar que procura desideologizar as coisas, que aparecem como saberes instituídos. Ana Lúcia G. de Faria (2000) ao analisar o livro didático no ensino básico a partir do conceito de trabalho contido neles, argumentou que:

[...] o livro didático reconhece a desigualdade (atalho e estrada, pobre e rico, pedreiro e médico, homem e mulher, branco e preto, velho e criança, trabalho manual e intelectual etc.) mas não apreende. Através dos valores da burguesia, camufla a desigualdade, dissimula a discriminação, contribuindo para a reprodução da sociedade burguesa. (FARIA, 2000, p.77)

A reprodução das coisas já existentes, já dadas pela sociedade atual, está presente nos manuais didáticos escolares, principalmente, quando os conteúdos aparecem desconexos, o que impede a apreensão da essência por parte de alunos e professores.

Para a realização de tal crítica analisamos cinco das dez coleções de Geografia aprovadas pelo PNLD (Plano nacional do livro didático) para o ano de 2011, tomando como recorte de análise o conteúdo de Geografia Agrária no 7º ano (antiga 6ª série), haja visto, que neste ano se discute Geografia do Brasil.

As coleções selecionadas são *Projeto Araribá - Geografia* de autoria da Editora Moderna, *Geografia Crítica* de José William Vesentini e Vânia Vlach, *Geografias do Mundo* de Marcos Bernardino de Carvalho e Diamantino Alves Correia Pereira, *Geografia* de Melhem Adas, *Geografia: Espaço e Vivência* de Levon Boligian, Rogério Martinez, Wanessa Garcia e Andressa Alves.

Analisando as coleções

Para analisar as coleções supracitadas organizamos um roteiro de avaliação com intuito de verificar o encaminhamento da discussão (conteúdo), priorizando os seguintes aspectos a serem levando em conta na crítica:

- I. Na coleção se prioriza as relações sociais de produção no campo ou, os produtos do campo?
- II. O(s) autor (es) faz(em) a distinção entre o modelo desenvolvimento territorial baseado em grandes propriedades (latifúndio) do modelo de pequenas propriedades (agricultura camponesa)?
- III. Os conteúdos de geografia agrária são trabalhados de forma integradora, buscando a totalidade espacial por meio do estudo da questão da estrutura fundiária e da formação socioeconômica do país, das relações sociais de produção no campo, da monopolização do território pelas multinacionais, dos impactos ambientais causados pelo modelo do agronegócio, da resistência dos movimentos sociais e a luta pela terra?
- IV. O manual didático faz uma discussão crítica sobre a concentração de terras, buscando demonstrar ao leitor que a terra no Brasil é uma relação de poder; que existem enormes latifúndios no Brasil que pertencem a grupos empresariais de capital nacional e internacional; que a mesma gera desigualdade social e violência no campo?
- V. Na coleção é dada prioridade sobre a necessidade de uma Reforma Agrária no Brasil, demonstrando ao leitor a questão da sua viabilidade enquanto política de Estado, para promoção do desenvolvimento social e econômico do país, ou, se faz uso de argumentos para demonstrar os problemas de tal reforma nos dias atuais?
- VI. Como a agricultura camponesa é retratada no manual didático:
 - a. Como mera produtora de alimentos para o mercado interno, como símbolo do atraso, personificada na pobreza do campo?
 - b. Como modelo de desenvolvimento territorial que pressupõe o incremento da população no campo, que através da produção agropecuária garante a soberania alimentar do país?

A primeira questão do roteiro de avaliação é crucial, pois expressa a compreensão da coleção, o método de pesquisa adotado pelo (s) autor (es) e seu posicionamento teórico/político. A segunda questão exige dos autores o reconhecimento dos proprietários de terra como classe social, sendo estes

pautados por interesses distintos, os latifundiários e capitalistas do campo compreendendo a terra como mera mercadoria, geradora de renda, especulação e poder, e de outro lado, os camponeses tendo-a como terra de trabalho e morada da vida. A materialidade da paisagem geográfica denuncia esses modelos distintos.

O terceiro pilar do roteiro procura identificar se existe uma coerência de conexão entre os conteúdos, se os mesmos aparecem interligados, como é caso da questão ambiental, o uso do solo, do financiamento público, os conflitos de classe e a luta pela terra, a apropriação desigual do território e as diferentes escalas de poder local, regional, nacional e internacional.

O quarto e o quinto pilares de análise procuram investigar se o manual didático discute a questão agrária brasileira com profundidade e sinaliza para a potencialidade da realização de uma Reforma Agrária no país.

O sexto pilar busca identificar se a coleção enfatiza a importância da agricultura camponesa/familiar, e como a mesma é colocada para o desenvolvimento socioeconômico do país.

Na coleção *Geografia-Projeto Araribá* da Editora Moderna, o conteúdo de Geografia Agrária é pulverizado obedecendo à divisão de conteúdos do Brasil em regiões, em que a temática é colocada em uma a duas páginas de cada capítulo. Nesta breve discussão se prioriza a geografia dos números de produção, onde se utiliza mapas temáticos, gráficos e fotos para demonstrar os produtos do campo. A geografia dos homens que produzem os produtos do campo está ausente, o que demonstra o descaso no tocante as relações sociais de produção tecidas no espaço agrário.

A forma de geografia agrária presente na coleção enfoca a competição entre as regiões na produção agropecuária. Não se faz alusão aos problemas e conflitos agrários típicos do Brasil, como a concentração de terras, os movimentos sociais de luta pela terra. Alguns conteúdos que deveriam ser relacionados como os impactos ambientais causados pela agricultura, a questão da indústria da seca no Nordeste, a apropriação do território, são trabalhados de forma separada, o que demonstra uma visão fragmentadora da

coleção, o que esvazia a busca pela totalidade espacial e retira da análise geográfica os conflitos sociais.

Na coleção *Geografia Crítica* de José William Vesentini e Vânia Vlach, a Geografia Agrária é trabalhada como uma unidade temática. A compreensão dos autores se baseia no pressuposto teórico do novo rural brasileiro de José Graziano da Silva (2001), que afirma a perda da importância das atividades agrícolas para a geração de empregos e renda no campo.

É provável que, dentro de alguns anos (as estatísticas¹ indicam que isso ocorrerá em 2015) a maior parte da população do meio rural brasileiro se dedique a atividades não agrícolas, pois o crescimento desse tipo de emprego tem ocorrido a um ritmo bem maior do que o das atividades propriamente agrícolas. Esse é o chamado 'novo rural brasileiro'. (VESENTINI; VLACH, 2009, p. 102)

Essa interpretação teórica se ancora na industrialização do campo e na sua conseqüente urbanização, concebendo o agronegócio como último estágio de desenvolvimento da agricultura.

Uma das qualidades da coleção está em fazer uma análise crítica da subutilização das terras no Brasil e de reconhecer o potencial produtivo da agricultura camponesa. Todavia, se prioriza a geografia dos produtos do campo em detrimento das relações sociais de produção. Os impactos ambientais causados pela agricultura moderna aparecem apenas como apêndice do capítulo.

A coleção faz uma crítica à estrutura fundiária brasileira, mas não aprofunda a discussão. A reforma agrária e os movimentos sociais são discutidos somente em uma página, em detrimento dos produtos do campo que tomam sete páginas. Ainda, os autores procuram convencer o leitor da dificuldade em se realizar uma reforma agrária, onde se atribui aos possíveis assentados problemas de conduta.

Sobre a desapropriação de terras e a formação de assentamentos como forma de Reforma Agrária, advertem os autores:

¹ Vesentini e Vlach (2009) se basearam no estudo de José Graziano da Silva sobre o “novo rural brasileiro”, que levou em conta dos dados da PNAD do IBGE. Todavia, este estudo, apresenta graves erros metodológicos, que segundo Oliveira, são advertidos pelo próprio IBGE. [...] os denominados aglomerados rurais de extensão urbana vão se constituir no viés que tornará rural o que é de fato, no mundo real, urbano. [...] nessas múltiplas situações que são urbanas no próprio rural estão as bases militares, quartéis, penitenciárias, colônias penais, presídios, asilos, orfanatos conventos, hospitais etc. (OLIVEIRA, 2004, p. 49-50)

Essa distribuição, porém, não é algo tão fácil de se fazer. Isso porque existe um grande número de oportunistas que se infiltram nos movimentos e se misturam aos verdadeiros sem terra. São pessoas que não têm o menor interesse em se fixar no campo e trabalhar na terra (às vezes, nem precisam dela), mas sim em ganhar um pedaço de terra para depois vendê-lo e obter lucro. (VESENTINI; VLACH, 2009, p. 102)

Ao se posicionar dessa forma os autores vão de encontro ao discurso hegemônico que marginaliza e criminaliza os movimentos sociais. De acordo com Rodrigues (2010, p. 1) as formas simbólicas de violência “[...] ocultam as contradições, os conflitos e a vida cotidiana da maioria. Colocam ênfase no que se considera correto para os valores dominantes e criminalizam todas as formas de organização dos que lutam por melhores condições de vida”.

As coleções *Geografia-Projeto Araribá* da Editora Moderna e *Geografia Crítica* de José William Vesentini e Vânia Vlach, apresentam traços fortes da Geografia Quantitativa, pois os dados matemáticos personificados na descrição dos volumes dos produtos agropecuários têm prioridade na interpretação dos autores. As passagens a seguir evidenciam essa compreensão:

As atividades agrícolas que se desenvolvem no Sudeste, especialmente no estado de São Paulo, caracterizam-se pelo emprego de elevadas tecnologias, pelo uso acentuado de fertilizantes químicos e agrotóxicos, e pela diversificação da produção, isto é, pelo cultivo de vários produtos.

Entre os principais produtos agrícolas da região, destacam-se a laranja, o café e cana-de-açúcar que, além de atenderem o mercado nacional, têm grande parte de sua produção destinada à exportação. (EDITORA MODERNA, 2007, p. 156)

Planta leguminosa de grande valor protéico, a soja se expandiu bastantes nas áreas de cerrado do Brasil central. Há cerca de vinte anos, é o grande destaque da agricultura brasileira, e o Brasil já se tornou o segundo produtor mundial e o maior exportador. Em 1990, nosso país produziu cerca de 20 milhões de toneladas de soja e, em 2008, a produção chegou a superar os 53 milhões. A soja e seus derivados (principalmente óleos e farelos) já ultrapassam de longe o café no volume total de vendas agropecuárias, alcançando mais de 10 % do valor total das exportações brasileiras. (VESENTINI; VLACH, 2009, p. 102)

O problema das passagens a seguir não está em descrever ou usar a estatística como recurso técnica de exposição, mas, sim, em não ter uma visão de totalidade, ou seja, em não se discutir questões que fogem a mera descrição de volumes produtivos, como: as relações sociais de trabalho no campo, os problemas causados pela monocultura, tanto ambientais como sociais, o poder das multinacionais na (re)organização do território.

A este respeito, Milton Santos já havia feito severas críticas a essa forma de conceber a geografia, onde o método se pauta em medir para refletir, ocultando do espaço geográfico os movimentos constantes da sociedade.

O que a geografia matemática pretende reproduzir não é o espaço das sociedades em movimento e sim a fotografia de alguns momentos. Ora, as fotografias permitem apenas uma descrição e a simples descrição não pode jamais ser confundida com a explicação. (SANTOS, 1996, p. 53)

A coleção *Geografias do Mundo* de Marcos Bernardino de Carvalho e Diamantino Alves Correia Pereira, carrega os germes de uma proposta dialética do ensino da Geografia, salvo algumas especificidades e questões de ordem maior. Dois capítulos do livro do 7º ano são destinados ao estudo do campo brasileiro. Os autores procuram demonstrar ao leitor a importância da agropecuária no conjunto da economia nacional, a diferenciação territorial da agropecuária, o fortalecimento da agricultura familiar no contexto da modernização do campo, a dependência que agricultura tem em relação aos elementos naturais como o clima, o solo, a radiação solar. Também se discute a questão agrária e os Movimentos sociais de luta pela terra no Brasil.

Outro ponto relevante do livro é o posicionamento a favor da realização da Reforma Agrária no país:

...tem-se colocado de maneira insistente, no cenário político brasileiro, a discussão a respeito da necessidade de implementar efetivamente a reforma agrária. Trata-se de uma questão que apresenta dois lados bem definidos e antagônicos, pois, de maneira geral, os grandes proprietários acham que têm o direito às suas propriedades independentemente de sua utilização, enquanto os movimentos populares clamam para que se efetive a reforma agrária. (...) As ocupações de propriedades são feitas para pressionar as autoridades a acelerar a reforma agrária e para denunciar a existência de fazendas improdutivas. (CARVALHO; PEREIRA, 2009, p. 94)

A passagem supracitada deixa nítido o conflito de classes existentes no campo brasileiro, o que por sua vez propõem um questionamento a ordem vigente da propriedade privada e a necessidade da realização de uma reforma agrária.

Todavia, embora se fale em resistência e lutas no campo, a discussão do livro fica muito presa no Estatuto da Terra de 1964 e na constituição de 1988, traduzindo-se em conceitualizações mais formais, ao passo que o processo histórico de apropriação das terras brasileiras, desde a invasão

portuguesa, ao Brasil Imperial e ao período militar é explorado de forma superficial. Não se discute a grilagem de terras e o financiamento público das grandes propriedades. A lógica exógena das monoculturas sob a égide do capital nacional e multinacional também não é contemplada.

Apesar dos autores procurarem fazer uma construção integradora da geografia no manual didático, a discussão dos impactos ambientais provocados pela agricultura moderna é feita de forma bem superficial, não permitindo envergadura no exercício da crítica.

Outro problema é que somente no apêndice do segundo capítulo que os autores discutem o problema social gerado pela concepção mercadológica da terra. E também, se confunde renda capitalizada com lucro.

A coleção *Geografia* de Melhem Adas, do livro didático do 7º ano, apresenta avanços e debilidades na estruturação e desenvolvimento dos conteúdos.

Dentre os aspectos relevantes destaca-se predominância da discussão social, com ênfase na história da apropriação desigual da terra no Brasil:

No Brasil, o acesso à terra se fez somente por meio de compra, de grilagem e, em alguns poucos casos, por meio de doação, (...) Como nem todas as pessoas tinham dinheiro para comprar terra ou poder para se tornar grileiras, o acesso à terra ficou restrito a poucas pessoas. (ADAS, 2006, p. 215)

O manual faz críticas a respeito da estrutura fundiária brasileira, procurando demonstrar ao leitor que a mesma é desigual e injusta, e causa sérios problemas ao conjunto da sociedade brasileira. A luta de classes está presente no texto, onde o autor destaca também em imagens as manifestações e organizações de luta pela terra no Brasil, as históricas e as atuais, como é o caso das Ligas Camponesas e do MST.

A interpretação da coleção orienta-se no pressuposto teórico do historicismo, valendo-se da categoria de análise da formação sócio-espacial, por isso a análise histórica da apropriação do território brasileiro se traduz num dos pontos fortes do manual.

Todavia, existem alguns problemas no conteúdo do livro. Dentre os quais podemos destacar: 1) Em relação aos impactos ambientais causados pela agricultura moderna, se faz uma abordagem superficial não demonstrando

ao leitor que os conflitos sócio-ambientais que continuam a se processar no território brasileiro; 2) As imagens existentes no livro retratam uma posição favorável a expansão da fronteira agrícola no Brasil, revelando um cunho nacionalista sem fazer o contraponto; 3) Se faz apologia à monocultura de exportação, não fazendo críticas às multinacionais que promovem a monopolização e territorialização do capital no campo; 4) Apesar do posicionamento à favor da agricultura camponesa e de seu papel na soberania alimentar, o autor apresenta uma visão dual da agricultura, dividindo-a em agricultura comercial de exportação e agricultura de produtos alimentares, o que induz ao leitor a pensar que a agricultura camponesa não produz gêneros de exportação.

O manual didático do 7º ano da coleção *Geografia: Espaço e Vivência* de Levon Boligian, Rogério Martinez, Wanessa Garcia e Andressa Alves, apresenta possibilidades e limites teóricos para uma discussão crítica da geografia agrária em sala de aula.

Entre as possibilidades de questionamento colocadas pelo manual ressalta-se a compreensão do desenvolvimento desigual do capitalismo no campo: “Ainda que o nível tecnológico tenha se expandido por vastas áreas rurais do território, o setor agrário moderno convive com setores tecnicamente mais atrasados, também denominados tradicionais”. (BOLIGIAN et al. 2009, p.56).

No livro é destacada a importância da agricultura para a geração de empregos e do crescimento do PIB da economia brasileira, e também, o papel desempenhado pela agricultura camponesa na produção agropecuária.

A discussão sobre a utilização das terras e a estrutura fundiária é bem feita, o que possibilita problematização do conteúdo.

Uma das principais causas da concentração fundiária é a **expropriação**, ou seja, a perda da propriedade rural pelos pequenos agricultores que, endividados, acabam utilizando suas terras como pagamento de dívidas contraídas em bancos, ou vendendo-as para empresas e grandes fazendeiros. Sem terra para trabalhar migram para as cidades. (BOLIGIAN, et al. 2009, p. 65, grifo dos autores)

Logo na página seguinte, os autores dissertam sobre a questão agrária no Brasil, dando ênfase a necessidade da realização de uma reforma agrária:

A implantação efetiva da reforma agrária traria muitas transformações ao espaço rural do país, como a redução da migração dos trabalhadores rurais para as cidades, fixando-os no campo, a melhoria das condições de vida dos pequenos agricultores e de suas famílias, o aumento da produção de alimentos básicos para a população e a diminuição da violência gerada nos conflitos pela posse da terra. (BOLIGIAN, et. al. 2009, p. 66)

O texto supracitado carrega os germes para o questionamento da ordem dada das coisas, onde muitas situações limites poder ter resolução, a saber, a pobreza no campo, o êxodo rural, os conflitos pela terra dentre outros.

Apesar da coleção *Geografia: Espaço e Vivência*, priorizar a geografia dos homens que produzem os produtos do campo em detrimento da geografia dos produtos do campo, o que por sua vez, já é um fundamento para a construção de uma geografia agrária crítica na escola, algumas questões do conteúdo apresentam limites para o exercício da crítica, dentre elas podem elencar: 1) Se faz uma apologia a agropecuária moderna sem relacionar com os ônus que a mesma gera, como o êxodo rural, a expropriação dos camponesa, subordinação dos camponeses à indústria, o desmatamento da Amazônia e os conflitos pela terra impulsionados pelo avanço da fronteira agrícola; 2) Não se faz uma leitura crítica do processo de integração dos camponeses com a indústria. A passagem a seguir explicita a questão:

Com a presença das cooperativas e agroindústrias, muitos produtores rurais, desde aqueles que possuem grandes estabelecimentos até os pequenos proprietários, passaram a produzir gêneros agrícolas e criar animais mais valorizados comercialmente. (BOLIGIAN, et. al. 2009, p. 59)

Também não é destacada a atuação das multinacionais e o seu poder na determinação dos preços mundiais dos produtos agrícolas e monopolização da produção de insumos para agricultura. A falta de um olhar crítico nesta parte do texto conduz o leitor a conceber o espaço agrário como uma relação harmônica entre agricultura e indústria. 3) Os autores não fazem a distinção entre agroindústria e indústria no campo, que são conceitos fundamentais para entender a dinâmica da atuação do capital no campo.

De acordo com Oliveira (2004), o processo de expansão do capitalismo no campo brasileiro tem assumido duas lógicas: a da territorialização do capital sobre o campo e a da monopolização do território pelo capital. Essas são duas expressões geográficas do território sob a lógica do capital. A primeira indica a

potencialidade do capital de tomar conta de todos os processos produtivos, transformando uma *persona* ao mesmo tempo em capitalista do campo, proprietário de terras e industrial. A segunda lógica expressa o caráter desigual e contraditório do desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro, personificada na relação da criação e recriação de relações não capitalistas para que assim possa haver sujeição da renda da terra gerada pelos camponeses ao capital. Essas duas lógicas gerais dão o tom do movimento do capital sobre o campo brasileiro.

Considerações parciais

O presente artigo procurou problematizar a forma de geografia agrária que é ensinada em sala de aula. A análise se faz mister no sentido de que os conteúdos são fundamentais no processo ensino-aprendizagem (SAVIANI, 2003).

As indagações levantadas neste breve texto procuram demonstrar a necessidade de uma revisão teórico metodológica nos conteúdos de geografia agrária presentes nos manuais didáticos do Ensino Básico. Partimos do pressuposto que a crítica é fundamental para o crescimento da ciência e corroborando com Pontuschka (1999), acreditamos que os conhecimentos produzidos nas universidades devem estar presentes no ambiente escolar, levando em conta os diferentes tempos de velocidade da aprendizagem.

Ao analisar as coleções didáticas de Geografia selecionadas pelo PNLD para o ano de 2011, observamos que o conteúdo de geografia agrária apresenta limites e possibilidades para o exercício da crítica na escola. Algumas coleções reproduzem a geografia positivista, onde a descrição matemática é priorizada em detrimento do movimento da sociedade e das constantes lutas pela apropriação do território. Embora a rotulação indique a possibilidade da indagação instigadora, o caminho teórico metodológico traçado delimita a reprodução da ordem dada das coisas pelas classes dominantes nacionais.

Todavia, o caminho dúbio da interpretação materializa as diferentes concepções de educação, que marca a reprodução ou a contestação da ordem vigente da sociedade como nos ensina Brandão (1995).

As outras três coleções analisadas avançam ao priorizar a geografia dos homens que produzem os produtos do campo em detrimento da geografia quantitativa dos produtos agropecuários. Ambas as coleções discutem de forma crítica a estrutura fundiária brasileira e sinalizam para a necessidade da realização de uma Reforma Agrária no Brasil.

A forma de encaminhar a discussão em várias partes do texto didático possibilita aberturas para o questionamento e a indagação, o que por sua vez, direciona compreensão dialética da produção do espaço agrário, produzindo um ensino crítico da geografia agrária em sala de aula.

Todavia, as coleções apresentam problema de conteúdo no que tange a compreensão da totalidade espacial, por isso se torna comum a desconexão de certos temas como: agricultura moderna, contaminação das águas e do solo e desmatamento; latifúndio e indústria da seca; expansão da fronteira agrícola e conflitos pela terra.

Não existe uma discussão crítica a respeito do agronegócio e seus tentáculos: monopolização dos insumos (multinacionais), o comportamento dos preços dos produtos agropecuários, os problemas da integração dos camponeses com a indústria, a territorialização do capital no campo e a pressão para a expropriação camponesa.

Também não se faz a distinção entre os modelos de produção agropecuários no campo, que a paisagem geográfica denuncia que é o agronegócio e agricultura camponesa. O primeiro caracterizado pelos capitalistas do campo e pelos latifundiários, traduzido numa agricultura sem agricultores pela baixa densidade demográfica (TEÚBAL, 2008). O segundo pelo número grande de propriedades e de pessoas no campo, marcado por uma forte tessitura social, onde a terra se caracteriza por ser terra de trabalho (MARTINS, 1995) e morada da vida (WOORTMANN, 1990).

Existem erros conceituais nas coleções, a exemplo da indústria no campo que é trabalhada como sinônimo de agroindústria. Outro equívoco grave

é conferir a produção de renda e renda capitalizada como lucro. A agricultura orgânica e a agroecologia não são apresentadas nos manuais, o que poderia ser um contraponto à agricultura moderna.

Neste contexto descrito, partimos do pressuposto de que os conteúdos de geografia agrária presentes nos manuais didáticos do ensino básico precisam ser revistos pela crítica do que é produzido na universidade, e acima de tudo, pelo que a realidade evidencia no espaço geográfico brasileiro.

Bibliografia

ADAS, Melhem. **Geografia**: 7º ano – A construção do espaço geográfico brasileiro. 5e. São Paulo; Moderna, 2006. 256p.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é educação**. 33e. São Paulo: Brasiliense, 1995. 116p.

BOLIGIAN, Levon et. al. **Geografia espaço e vivência**: a organização do espaço brasileiro, 7º ano. 3e. São Paulo: Atual, 2009. 208p.

CARVALHO, Marcos B.; PEREIRA, Diamantino A. C. **Geografias do mundo: Brasil, 7º ano**. 1e. São Paulo: FTD, 2009. 239p.

CHAUÍ, M. **Cultura e democracia**: o discurso competente e outras falas. 7. e. São Paulo: Cortez, 1997. 309p.

EDITORA MODERNA. **Projeto Araribá** – Geografia. 7º ano. Editora responsável Sonia Cunha de Souza Danelli. 2e. São Paulo; Moderna, 2007. 216p.

FARIA, A. L. G. de. **Ideologia no livro didático**. 13e. São Paulo: Cortez, 2000. 101p.

GRAMSCI, Antonio. **Os Intelectuais e a Organização da Cultura**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. 8e. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991. 244p.

GRAZIANO DA SILVA, José. Velhos e novos mitos do rural brasileiro. *In: Revista Estudos Avançados*. Vol. 15 n. 43. São Paulo; USP, p. 37-50. set/dez, 2001.

MARTINS, J. de S. **Os camponeses e a política no Brasil**. 5 e. Petrópolis: Vozes, 1995. 185p.

OLIVEIRA, Ariovaldo. U. de. . Geografia Agrária: Perspectiva no início do século XXI. *In: OLIVEIRA, A. U. de & MARQUES, M. I. M. (Orgs.). O campo no século XXI*: Território de vida, de luta e de construção da justiça social. São Paulo: Casa Amarela; Paz e Terra, 2004. 372 p. p.29-70.

PONTUSCHKA, N. N. A geografia: pesquisa e ensino. *In*: CARLOS, A. F. A. (Org.) **Novos Caminhos da Geografia**. São Paulo: Contexto, 1999. 204p. p.111-142.

RODRIGUES, Arlete Moysés. Violência contra Movimentos populares e Resistências. **Texto mimeografado** apresentado no encontro nacional de Geógrafos em Porto Alegre. p. 1-13, 2010.

SANTOS, Milton. A geografia quantitativa. *In*: **Por uma Geografia Nova**. 4e. São Paulo: Hucitec, 1996. 236 p.p 45-53.

SAVIANI, Dermeval. **Escola e democracia**: teorias da educação, curvatura da vara, onze teses sobre a educação política. 36e. Campinas-SP: Autores associados, 2003. 120 p.

TEUBAL, M. O campesinato frente à expansão dos agronegócios na América Latina. *In*: PAULINO, E. T; FABRINI, J. E. (orgs.) **Campesinato e territórios em disputa**. 1e. São Paulo: Expressão Popular, 2008. 492 p. p. 139-160.

VESENTINI, José W. VLACH, Vânia. **Geografia Crítica**: O espaço brasileiro, 7ºano. 4e. São Paulo: Ática, 2009. 232p.

WOORTMANN, K. “Com parente não se negueia: o campesinato como ordem moral”. **Anuário Antropológico** (Rio de Janeiro), n.87, p. 11-73, 1990.